

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELCOSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.328.831	29.191.959
Contas a receber - Contrato de gestão	6	5.877.190	1.799.422
Estoques	7	4.903.853	6.947.499
Outras contas a receber		1.750.000	1.272.810
Total ativo circulante		43.859.874	39.211.690
Realizável a longo prazo			
Outras contas a receber		549	462
Bloqueio judicial	5	1.571.984	-
Repasses a receber		-	967.216
Total realizável a longo prazo		1.572.533	967.678
Ativo Não circulante			
Imobilizado	8	386.553	15.030
Imobilizado - Bens públicos em nosso poder	9	14.211.096	3.339.718
Total ativo não circulante		14.597.649	3.354.748
Total do ativo		60.030.056	43.534.116

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2022	2021
(Déficit) Superávit do período	(904.642)	12.133.126
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	(904.642)	12.133.126

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Passivo		Nota	2022	2021
Circulante				
	Fornecedores	10	8.487.444	7.437.735
	Obrigações trabalhistas	11	15.883.811	11.064.571
	Obrigações tributárias		505.992	352.559
	Outras contas a pagar		536.377	614.147
	Total do passivo circulante		25.413.624	19.469.012
	Passivo não circulante			
	Bens públicos em nosso poder	9	14.211.096	3.309.161
	Repasses a aplicar		1.635.548	967.216
	Obrigações com Terceiros	12	6.418.058	6.532.355
	Total do passivo não circulante		22.264.702	10.808.732
	Patrimônio líquido	14		
	Patrimônio social		1.123.246	1.123.246
	Superávit acumulado		11.228.485	12.133.126
	Total do patrimônio líquido		12.351.731	13.256.372
	Total do passivo e patrimônio líquido		60.030.056	43.534.116

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021		2.931.870	(1.808.624)	1.123.246
				-
Incorporação do déficit acumulado		(1.808.624)	1.808.624	-
Superávit do exercício		-	12.133.126	12.133.126
Saldo em 31 de janeiro de 2021		1.123.246	12.133.126	13.256.372
Déficit do exercício		-	(904.642)	(904.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14 (a)	1.123.246	11.228.485	12.351.731

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Demonstrações dos resultados

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais líquidas	15		
Receitas contrato de gestão		166.087.051	152.399.357
Receitas de doações de materiais médicos		243.915	2.378.924
Receita de Subvenção		768.536	212.711
		167.099.501	154.990.992
Custos operacionais			
Pessoal e encargos	16.1	(57.725.565)	(49.024.398)
Serviços profissionais	16.2	(55.810.233)	(41.432.999)
Materiais e medicamentos	16.3	(19.753.979)	(22.512.623)
Depreciação bens públicos em nosso poder		(768.536)	(212.711)
Impostos taxas e contribuições		(510.044)	(174.407)
Depreciação		(46.279)	(4.739)
		(134.614.636)	(113.361.877)
Despesas operacionais			
Outras receitas operacionais		140.456	51.566
Gerais e administrativas	17	(36.102.322)	(30.196.592)
		(35.961.866)	(30.145.026)
Superávit(Déficit) operacional antes do resultado financeiro		(3.477.000)	11.484.089
Resultado financeiro, líquido	18		
Receitas financeiras		2.693.127	740.895
Despesas financeiras		(120.768)	(91.858)
		2.572.359	649.037
(Déficit) superávit do exercício		(904.641)	12.133.126

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Demonstrações dos fluxos de caixas

	Nota	2.022	2.021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) superávit do exercício		(904.641)	12.133.126
Ajustado por :			
Depreciação imobilizado	8	46.279	4.739
Receita de doações de materiais médicos		(243.915)	(2.378.924)
(Aumento) / redução nos ativos em:			
Bloqueio Judicial	5	(1.571.984)	-
Contas a receber - Contrat	6	(4.077.768)	1.953.333
Estoques	7	2.287.561	(573.512)
Outras contas a receber		(477.277)	(1.055.663)
Aumento / (redução) nos passivos em:			
Fornecedores	10	1.049.709	4.388.324
Obrigações trabalhistas	11	4.819.240	4.518.365
Obrigações tributárias		153.433	244.530
Outras contas a pagar		(77.770)	486.868
Obrigações com terceiros	12	(114.297)	287.961
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		888.570	20.009.147
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado - Bens pú	9	(11.639.914)	(2.864.514)
Ativo Imobilizado	8	(417.802)	(2.265)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(12.057.717)	(2.866.779)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recebimento de numerário para aquisiçã	9	13.306.019	2.833.957
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		13.306.019	2.833.957
(Redução) aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		2.136.872	19.976.325
Demonstração da (redução) aumento líquido do caixa equivalente de caixa			
No início do exercício	4	29.191.959	9.215.634
No fim do exercício	4	31.328.831	29.191.959
(Redução) aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		2.136.872	19.976.325
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Depreciação imobilizado - Bens públicos	9	768.535	212.711

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Notas explicativas às demonstrações contábeis

a. COVID 19

(Em Reais)

No Hospital regional Público do Araguaia, os atendimentos a COVID 19 foram pactuados pelo 14º T.A. assinado em 26 de janeiro de 2022 e teve duração de 60 dias.

1. Contexto operacional

A Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura ("Entidade" ou "ASELC"), é uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de associação de caráter Social e Assistencial, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, cadastrada no CNPJ sob o Nº 09.055.340/0001- 94, constituída em 2006 e qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) em 11 de junho de 2018 por meio do Decreto do Governo do Estado do Pará nº 2.104.

No Hospital Regional de Castanhal, os atendimentos a COVID 19 ocorreram durante todo o ano, em número e relevância pequenos.

Unidades da Entidade

- Hospital Regional Público do Araguaia ("HRPA")
- Hospital regional de Castanhal ("HRPC")

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) contabilidade para pequenas e médias empresas), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucros.

As unidades são juridicamente constituídas sob a forma de filiais. Assim, as demonstrações contábeis da Entidade representam as operações de todas estas unidades.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 22 de maio de 2023.

Os ativos imobilizados e intangíveis utilizados nas operações das filiais da Entidade de OSS, conforme notas explicativa nº 9, são bens públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência dos Contratos de Gestão que visam à gestão e à operacionalização das atividades dos serviços elencados como OSS. Para tais bens são emitidos Termos de Cessão e Permissão de Uso. A Entidade responde civil, trabalhista, tributária e criminalmente pelos atos praticados por seus funcionários, haja vista que toda a operação é de inteira responsabilidade da Entidade, que deve ainda assegurar que as licenças de funcionamento e demais obrigações com os órgãos públicos e as concessionárias de serviços públicos e privados estejam regulares. Os demais são equipamentos próprios.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Hospital Regional Público do Araguaia ("HRPA")

2.2 Base de mensuração

Em 04 de dezembro de 2018 a ASELC foi homologada vencedora do Processo de Seleção para Operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia ("HRPA") em Redenção, por meio do Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 – Processo nº 2018/551030, com vigência de 60 meses, por meio do termo inicial na data de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicáveis, apresentadas com base no custo histórico.

O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria de Estado de Saúde-SESPA, instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASELC no HRPA. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SESPA e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada versus produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Hospital regional de Castanhal ("HRPC")

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

Em 13 de novembro de 2020, a Entidade participou do processo de chamamento público para operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Regional de Castanhal ("HRPC"), o qual logrou-se vencedora em 05 de janeiro de 2021, assinando contrato de gestão 001/2021/SESPA em 25 de janeiro de 2021, com vigência de 12 meses, podendo ser renovado por mais 60 meses. Em 21 de janeiro de 2022, foi assinado o 7º Termo Aditivo que prorrogou a vigência do contrato por mais 12 meses, de 25 de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2023, porém manteve a redução pactuada pelo 6º Termo aditivo até 27 de março de 2022 o valor de repasse mensalmente em R\$ 7.480.000,00, prorrogado pelo 11º Termo Aditivo de 25 de março de 2022 até 24 de julho de 2022, prorrogado pelo 14º Termo Aditivo até 22 de outubro de 2022, que foi prorrogado até o 24 de janeiro de 2023 através do 16º Termo aditivo. Em 24 de janeiro de 2023, foi assinado o 18º Termo Aditivo que prorrogou a vigência do contrato por mais 12 meses, de 25 de janeiro de 2023 a 24 de janeiro de 2024.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas e premissas

O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria de Estado de Saúde-SESPA, instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASELC no HRPC. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SESPA e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada versus produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a administração faça julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Entidade não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas julgamento quanto a sua contabilização para os exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Estimativas e premissas

As estimativas e premissas são revistas periodicamente, utilizando as melhores prospecções até a data de encerramento das demonstrações financeiras. A entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas estimativas e premissas quanto a sua contabilização.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2 Contas a receber - Contrato de Gestão

As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Estadual, são registradas de acordo com seu período de competência.

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos e material médico hospitalar para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestações, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de aquisição dos itens recebidos como doação. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

A Entidade avalia periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os itens adquiridos com verba própria da Entidade e/ou recebidos como doação de terceiros, poderão, de acordo com a aprovação da administração, ser doados e incorporar ao patrimônio do Hospital e por consequência o da Secretária Estadual de Saúde do Pará – SESPA..

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Móveis e máquinas	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5- Imobilizado – Bens públicos em nosso poder

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

A Organização Social de Saúde (OSS) deve usufruir apenas do direito de uso dos bens. A escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde do Pará (SESPA).

Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela Entidade, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da concessão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. No passivo, a contrapartida dos bens foi registrada na rubrica de "bens públicos em nosso poder", de acordo termo de permissão de uso emitido pela Secretária do Estado de Saúde do Pará (SESPA).

Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes, que porventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos do contrato de gestão, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Pará, devendo a Entidade entregar a Secretaria de Saúde do Estado do Pará - SESPA, documentação necessária ao processo de regularização da incorporação dos referidos bens.

Os bens são depreciados pelo método linear, utilizando taxas anuais, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados

Categoria dos ativos	Taxa de vida útil depreciação
Computadores e periódicos	20%
Máquinas e equipamentos	20%
Equipamentos médico hosp	10%
Móveis e utensílios	20%

3.6 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Entidade não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022 e 2021.

3.7 Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.8 Benefícios a empregados

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

3.9 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Entidade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.10 Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

3.11 Reconhecimento da receita

(i) Contratos de Gestão

O reconhecimento das receitas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos referente ao cumprimento das atividades definidas no contrato de gestão são devidamente executadas, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade, (iii) os custos associados podem ser estimada de maneira confiável, e (iv) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

**CONTINUAÇÃO ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

A receita de prestações de serviços é reconhecida de acordo com a competência no qual o serviço é prestado e pelo valor determinado por meio do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA).

(i) Receitas de depreciação de "Bens públicos em nosso poder"

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, bem como o cumprimento ao Contrato de Gestão, a Entidade reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

3.12 Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras compreendem: (i) receitas financeiras abrange receitas de juros, aplicações financeiras, descontos e bonificações recebidas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos; (ii) despesas financeiras abrangem despesas com juros, multas e despesas bancárias.

3.13 Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do período. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.14 Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de liquidez
Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 20.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa – fundo fixo	3.085	5.535
Bancos conta movimento	363.515	1.151.405
Aplicações financeiras	30.962.231	28.035.019
	31.328.831	29.191.959

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados em títulos de renda fixa Certificado de Depósito Bancário (CDB), enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. O rendimento médio para o exercício de 2022 foi de 95% do CDI a.a. (2020 de 105% do CDI% a.a.).

5. Bloqueio Judicial

	2022	2021
Bloqueio Judicial	1.571.984	-

A Entidade teve bloqueio judicial em decorrência do processo Nº 0028360-55.2016.4.01.399, execução movida contra a OSS que anteriormente era responsável pela gestão do HRP, IDESMA, pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias. O Processo tramita sob sigilo de justiça, e após requerimento da PFN houve reconhecimento da sucessão e formação de grupo econômico em decorrência a transição entre IDESMA e ASELC na operacionalização do HRP. Foi interposto agravo de instrumento, o qual foi rejeitado monocraticamente, motivando a interposição de agravo interno.

6. Contas a receber - Contrato de gestão

	2022	2021
Contas a receber - custeio	5.877.190	1.799.422

Refere-se ao repasse dos recursos vinculados ao contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado do Pará – SESP, para a operacionalização nas atividades e serviços do Hospital Regional Público de Castanhal – HRP e Hospital Regional Público do Araguaia – HRP. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

Aging list das contas a receber

	2022	2021
Vencidos		
Até 30 dias (a)	5.877.190	1.799.422

(a) A administração não constituiu provisão para perda de crédito esperada, pois o montante em aberto foi proveniente de contrato firmado com o Estado, de modo que não se tem perspectiva de perdas nos valores a serem repassados, adicionalmente, o montante em aberto foi recebido no início de 2023.

7. Estoques

	2022	2021
Medicamentos	1.769.492	3.751.443
Materiais médico hospitalar	1.522.179	1.864.170
Estoque gerais	1.211.688	1.001.795
Material de engenharia clínica	400.494	330.091
	4.903.853	6.947.499

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques e/ou estoques de baixo giro.

8. Imobilizado

	Móveis e máquinas	Equipamentos processamento de dados	Total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.857	4.448	22.305
Aquisição patrimonial (CEP) (b)	2.265	-	2.265
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.122	4.448	24.570
Aquisição patrimonial (CEP) (a) (b)	156.455	261.347	417.802
Saldo em 31 de dezembro de 2022	176.577	265.795	442.373
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.915)	(886)	(4.801)
Depreciação e amortização no período	(3.850)	(889)	(4.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.765)	(1.775)	(9.540)
Depreciação e amortização no período	(18.628)	(27.651)	(46.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(26.393)	(29.426)	(55.819)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2021	12.357	2.673	15.030
Em 31 de dezembro de 2022	150.184	236.369	386.553

(a) As doações de patrimônio referentes a equipamentos (Bens) foram realizadas por pessoas físicas no HRP.

(b) As aquisições de imobilizado utilizaram os recursos do CEP – Centro de Ensino e Pesquisa. O CEP do Hospital Regional Público do Araguaia tem a missão de gerar e disseminar o conhecimento, qualificar novos profissionais e prover um ambiente que favoreça a atração e a retenção de talentos para o hospital. Seus recursos são provenientes de convênio com instituições de ensino, para concessão de estágios.

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELCO/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

9. Imobilizado - Bens públicos em nosso poder

	Móveis e Equipamento Máquinas e equipamentos	Equipamento Médico hospitalar	Imobilizado Em andamento	Total
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	705.554	-	705.554
Aquisição patrimonial	100.740	2.763.774	-	2.864.514
Saldo em 31 de dezembro de 2022	100.740	3.469.328	-	3.570.068
Aquisição patrimonial (a)	2.336.652	9.105.762	197.500	11.639.914
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.437.392	12.575.090	197.500	15.209.982
Depreciação				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(17.639)	-	(17.639)
Depreciação e amortização no período	(6.422)	(206.289)	-	(212.711)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(6.422)	(223.928)	-	(230.350)
Depreciação e amortização no período	(114.028)	(654.507)	-	(768.535)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(120.450)	(878.436)	-	(998.885)
Valor contábil				
Em 31 de dezembro de 2021	94.318	3.245.400	-	3.339.718
Em 31 de dezembro de 2022	2.316.942	11.696.654	197.500	14.211.096

a) Na Filial HRP, em 2022, foi adquirido um sistema de vídeo endoscopia, com recurso do 13º Termo aditivo, esse bem foi contabilizado no ativo não circulante em Imobilizado - Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder.

O 15º Termo aditivo, da filial HRP, é recurso para elaboração do projeto de arquitetura e complementares da reforma e ampliação do HRP, ainda em andamento.

b) Na filial HRC, Em 2022, a SESP concedeu recursos para aquisição de Imobilizado através dos seguintes termos aditivo: 9º valor R\$ 1.630.146, com o qual foram adquiridos máquina cortadora de medicamentos, poltronas recicláveis, macas, carros de transporte de materiais, entre outros itens, 10º no valor de R\$ 4.578.817, com o qual foram adquiridos aparelhos de anestesia com módulos, dermatômetro elétrico, arcos radiográficos, bombas de infusão, bisturis elétricos, torres de vídeo cirurgia, focos cirúrgicos, autoclave de barreira, microscópio cirúrgico, entre outros itens, 12º no valor de R\$ 1.015.764, com o qual foram adquiridos purificadores, geladeiras, TV's, frigobar, aspirador de pó, máquina de costura, lavadora de alta pressão, projetores e impressoras, entre outros itens e 13º no valor de R\$ 5.138.365, com o qual foram adquiridos aparelho de esterilização, aparelhos de ultrassonografia, aparelhos de eletroencefalograma, aparelhos de vídeo endoscopia, tomógrafo computadorizado, aparelhos de raio x móvel e digital, os recursos recebidos foram contabilizados na conta Contratos a Aplicar no Passivo não circulante, e no momento das aquisições, estas foram contabilizadas no Imobilizado - Bens públicos em nosso poder e contrapartida no passivo não circulante em bens públicos em nosso poder

Os valores de depreciação pela utilização desses bens são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, bem como em respectivo valor reconhecido como receita de depreciação em contrapartida a conta de bens públicos em nosso poder.

Os valores desses ativos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado do Contrato de Gestão, registrados no ativo não circulante.

10. Fornecedores

	2022	2021
Serviços terceirizados contratados	7.248.236	6.061.893
Materiais e medicamentos	1.239.208	1.375.842
	8.487.444	7.437.735

11. Obrigações trabalhistas

	2022	2021
Salários e ordenados a pagar	4.108.140	3.707.220
Provisão para 13º salário, férias e encargos sociais (a)	11.775.670	7.357.351
	15.883.811	11.064.571

a) As provisões trabalhistas estão compostas por provisões para férias e encargos, multa rescisória, FGTS e dissídio coletivo que será pago de acordo com a convenção coletiva de cada categoria

12. Obrigações com terceiros

	2022	2021
Empréstimos SESP	173.664	287.962
Transição Gestão HRP (a)	6.244.394	6.244.394
	6.418.058	6.532.355

a) Em 06 de dezembro de 2018, visto a proximidade entre a homologação do resultado da OSS (Organização Social de Saúde) vencedora, transição de Governo do Estado, e manutenção da prestação de Serviço Público do hospital objeto do contrato de gestão, foi emitido o ofício Nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA que estabeleceu período de até 60 dias para transição. A partir deste ofício foi celebrado um Termo de Parceria com a antiga OSS administradora, para o referido período de transição, com prazo final em 06 de fevereiro de 2019.

Durante o período visto ausência de tempo hábil para que a ASELCO assumisse integralmente a operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do HRP sem a interrupção dos serviços essenciais de saúde, de acordo com o ofício Nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA, o IDESMA (antiga OSS) ficou responsável pelo processo de compra de materiais e medicamentos, custos médicos e pagamentos de salários inerentes as operações do HRP, visando o não desabastecimento e a continuidade dos serviços, até o prazo final do Termo de parceria, os custos citados anteriormente foram pagos pelo IDESMA os quais deverão ser ressarcidos pela ASELCO, que protocolou ofício junto a SESP solicitando a transferência de recursos recebidos como verba de custeio no Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018, para quitação das obrigações, e aguarda a definição do Poder Concedente. Não houve nenhum fato novo e/ou alteração quanto ao protocolo de solicitação por parte do Poder Concedente.

Não houve nenhum fato novo e/ou alteração quanto ao protocolo de solicitação por parte do Poder Concedentes durante o ano de 2022.

13. Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade possuía outros processos judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e criminal com contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 5.307.906, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

Riscos avaliados como perdas possíveis

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda possível nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

14. Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelos superávits e déficits dos exercícios sociais.

15. Receitas operacionais líquidas

	2022	2021
Receita Contrato de gestão - Estadual (a)	166.087.051	152.399.357
Receitas de doação de materiais médicos (b)	243.915	2.378.924
Receita de depreciação bens públicos em nosso poder (c)	768.536	212.711
	167.099.501	154.990.992

(a) HRP: A entidade firmou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 - Processo nº 2018/551030, com vigência do de 60 meses, com data inicial de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023, para operacionalização das atividades e serviços do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP.

A remuneração do contrato de gestão e operacionalização é definida de acordo com suas características de atendimento, com um orçamento de custeio pré-fixado, com base na estrutura física e na produção de serviços definidas como metas contratuais quantitativas e qualitativas. Não houve redução ou glosa do repasse da verba do contrato de gestão.

A Entidade firmou no decorrer do ano de 2022 os seguintes Termos Aditivos 14º TA - R\$ 2.619.996 e o 16º TA - R\$ 2.489.994 para o Hospital Regional Público do Araguaia.

HRPC: A entidade firmou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão nº 001/SESPA/2021 - Processo nº 2020/812459 e 2021/30442, com vigência do de 12 meses, com data inicial de 25 de janeiro de 2021, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos até o limite de 60 meses, para operacionalização das atividades e serviços do Hospital Regional de Castanhal - HRPC..

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A Entidade firmou o 7º Termo Aditivo, em 21 de janeiro de 2022 que prorrogou por mais 12 meses, iniciando em 25 de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2023, para o Hospital Regional Público de Castanhal.

A remuneração do contrato de gestão e operacionalização é definida de acordo com suas características de atendimento, com um orçamento de custeio pré-fixado, com base na estrutura física e na produção de serviços definidas como metas contratuais quantitativas e qualitativas. Não há redução ou glosa do repasse da verba do contrato de gestão.

Conforme cláusula contratual, as despesas administrativas da matriz são rateadas entre as filiais e contabilizadas na receita de interdependência com contrapartida em despesas com interdependência, registrando um feito nulo no resultado. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo correspondente as receitas e despesas com interdependência foi de R\$ 7.279.327 (R\$ 6.323.995 em 31 de dezembro de 2021)

(b) Em 2021 devido a pandemia do COVID 19 houve relevantes doações de materiais médicos e medicamentos, o que reduziu demasiadamente no ano de 2022. Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestação, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de aquisição dos itens recebidos como doação. O valor foi registrado em contrapartida ao ativo circulante em estoques.

c) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), em cumprimento ao Contrato de Gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

16. Custos operacionais

16.1 Pessoal e encargos

	2022	2021
Salários e ordenados	(34.141.912)	(27.636.626)
Encargos sociais	(14.885.310)	(10.332.198)
Férias, 13º salário e rescisão trabalhistas	(8.543.107)	(10.959.560)
Benefícios sociais à empregados	(155.236)	(96.014)
	<u>(57.725.565)</u>	<u>(49.024.398)</u>

16.2 Serviços profissionais

	2022	2021
Honorários médicos (a)	(39.280.002)	(28.822.169)
Serviços técnicos contratados (b)	(16.530.233)	(12.610.830)
	<u>(55.810.233)</u>	<u>(41.432.999)</u>

a) Valores relativos aos atendimentos por médicos contratados, apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento.

b) Os montantes são relacionados aos prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento hospitalar, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços.

16.3 Materiais e medicamentos

	2022	2021
Drogas e medicamentos (a)	(8.634.921)	(10.432.381)
Materiais uso do paciente (a)	(5.746.235)	(7.117.619)
Custos gerais de materiais hospitalares	(2.374.487)	(2.316.204)
Gêneros alimentícios	(1.054.188)	(916.529)
Materiais de limpeza e descartáveis	(830.366)	(932.712)
OPME - Órtese, prótese e materiais especiais	(1.113.782)	(797.178)
	<u>(19.753.979)</u>	<u>(22.512.623)</u>

(a) No ano de 2022 os preços de materiais e medicamentos tiveram realinhamento por conta do fim da pandemia COVID 19, além de alguns medicamentos e materiais específicos para o tratamento COVID deixaram de ser usados, o conjunto desses fatores contribuíram para a redução dos custos com materiais e medicamentos.

17. Gerais e Administrativas

	2022	2021
Serviços terceirizado(a)	(19.174.963)	(16.675.723)
Despesas fixas - energia e telefone	(5.315.615)	(4.690.175)
Despesa administrativas	(661.427)	(664.760)
Despesa manutenção(b)	(7.774.656)	(5.136.142)
Despesas com informática	(2.075.260)	(2.175.719)
Locação de veículos	(298.439)	(206.847)
Locação de bens imóveis	(217.713)	(214.665)
Despesas com viagens	(410.853)	(209.356)
Outras despesas	(173.395)	(223.205)
	<u>36.102.322</u>	<u>(30.196.592)</u>

(a) Serviços terceirizados administrativas sofrem aumento em decorrência de repactuação de contratos no HRPC e contratação de novos serviços pela matriz, e realinhamento de contratos.

(b) As despesas com manutenção aumentaram no decorrer de 2022 em decorrência da necessidade de restauração e impermeabilização externa no HRP e necessidade de manutenção elétrica e hidráulica no HRPC.

17. Resultado financeiro, líquido	2022	2021
Rendimentos sobre aplicações financeiras(a)	2.684.370	717.414
Descontos e bonificações recebidas	8.757	23.481
	<u>2.693.127</u>	<u>740.895</u>
Juros e multas	-20	-4.476
Tarifas bancárias	-120.748	-87.382
	<u>-120.768</u>	<u>-91.858</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>2.572.359</u>	<u>649.037</u>

(a) Em 2022, o recebimento de termos aditivos de investimento e o aumento dos valores provisionados contribuíram de forma significativa para o aumento dos rendimentos financeiros.

19. Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

(a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;

(b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

(c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

(d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

(e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e

(f) Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

20. Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Durante os exercícios de 2022 e 2021 não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os mercados para os investimentos financeiros da Entidade.

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros da Entidade foram classificados conforme as seguintes categorias:

Descrição	Classificação	2022		2021	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	31.328.831	31.328.831	29.191.959	29.191.959
Contas a receber - Contrato de gestão	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	5.877.190	5.877.190	1.799.422	1.799.422
Fornecedores	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	8.487.444	8.487.444	7.437.735	7.437.735
Outras contas a pagar	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	536.377	536.377	614.147	614.147

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em aplicações financeiras de liquidez, com bancos públicos em títulos de baixo risco como CDB.

22. Partes relacionadas

A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de administração e diretores executivos. A remuneração total em 2022 foi de R\$ 598.060 (R\$ 498.032 em 2021).

23. Eventos subsequentes

Aditivos contratuais do contrato de gestão

Assinatura dos seguintes Termos Aditivos (T.A.) para o Hospital Regional Público do Araguaia - HRPA:

Assinatura do 17º Termo Aditivo, cujo objetivo é ampliação do serviço de hemodiálise possibilitando a oferta de 286 sessões mensais, no valor mensal de R\$ 100.900.

Assinatura dos seguintes Termos Aditivos (T.A.) para o Hospital Regional Público de Castanhal- HRPC:

Assinatura do 15º Termo Aditivo, cujo objetivo é aquisição de equipamentos Braquiterapia e acelerador linear, assinado em 18/08/2022, no valor de R\$ 9.679.080, em execução.

Assinatura do 16º Termo Aditivo, cujo objetivo é prorrogar o perfil assistencial provisório, mantendo o valor mensal de R\$ 7.480.000, assinado em 22/10/2022.

Assinatura do 17º Termo Aditivo, cujo objetivo é repasse de investimento, aquisição de equipamentos e instrumentais cirúrgicos no valor de R\$ 1.075.957, assinado em 27/12/2022, em execução.

Assinatura do 18º Termo Aditivo que prorrogou a vigência do contrato por mais 12 meses, de 25 de janeiro de 2023 a 24 de janeiro de 2024, assinado em 24/01/2023, passando o repasse mensal a ser de R\$ 8.978.474.

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

O Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE no 955227 (Tema 885) e RE no 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Entidade revisou os temas tributários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 (cinco) anos e não identificou nenhum impacto do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários.


Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente


Carmen Lúcia Parente Anaise
Contadora
CRC PA-008315-0/5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Associados e Administração da
Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC.
Belém - PA

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC. ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade mantinha registrado na Rubrica "Imobilizado - bens públicos em nosso poder" e na Rubrica "Bens público em nosso poder no passivo" o valor de R\$ 14.211.096, conforme Nota Explicativa nº 9 e receita de depreciação de bens públicos e encargos de depreciação registradas no resultado do exercício no valor de R\$ 768.536. A Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC logrou-se vencedora do chamamento público para operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Regional Público de Castanhal - HRPC, firmado no Contrato de Gestão nº 001/2021/SESPA em 25 de janeiro de 2021 e desde o início da vigência do contrato de gestão, a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC não recebeu composição individualizada dos ativos imobilizados recebidos como dotação inicial, de acordo com o termo de permissão de uso emitido pela Secretária do Estado do Pará (SESPA). A filial Hospital Regional Público de Castanhal - HRPC, apresenta no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 na Rubrica "Imobilizado - bens públicos em nosso poder" e na Rubrica "Bens público em nosso poder no passivo" o valor de R\$ 12.099.130 e receita de depreciação de bens públicos e encargos de depreciação registradas no resultado do exercício de R\$ 581.826. Dessa maneira, em que pese termos conseguido validar as principais movimentações (adições/ baixas) do período auditado, verificando a documentação suporte e correta contabilização, torna-se inviável aplicar procedimentos alternativos para formar e emitir opinião, como de fato não estamos emitindo, sobre os saldos de Imobilizado - bens públicos em nosso poder, bens público em nosso poder no passivo e receita de depreciação de bens públicos e encargos de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

CONTINUAÇÃO**ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Renovação do contrato de gestão

Hospital Regional Público do Araguaia - HRP

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que em 04 de dezembro de 2018 a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC foi homologada vencedora do Processo de Seleção para Operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia em Redenção ("HRPA") com vigência de 60 meses, por meio do termo inicial na data de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023. Até a presente data não houve termo Aditivo de prorrogação da vigência do contrato. A renovação do contrato de gestão depende de um acordo entre as partes, e as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Hospital Regional Público de Castanhal - HRPC

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que em 24 de janeiro de 2023 a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC, gestora da filial Hospital Regional Público de Castanhal - HRPC, assinou o 18º Termo Aditivo que prorrogou a vigência do contrato por mais 12 meses, de 25 de janeiro de 2023 a 24 de janeiro de 2024. Em 21 de janeiro de 2022 a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC, gestora da filial Hospital Regional Público de Castanhal - HRPC. A renovação do contrato de gestão depende de um acordo entre as partes, e as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis incluem valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório com ressalva em 10 de outubro de 2022 sobre o seguinte assunto: i) Ausência de composição individualizada dos ativos imobilizados recebidos como dotação inicial de acordo termo de permissão de uso emitido pela Secretária do Estado de Saúde do Pará (SESPA), a filial Hospital Regional de Castanhal - HRPC, com efeito nas rubricas: Imobilizado - bens públicos em nosso poder, bens público em nosso poder no passivo e receita de depreciação de bens públicos e encargos de depreciação. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com

base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belém 22 de maio de 2023

**BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES SS LTDA
CRC 2 SP 013846/0-1-S-PA**

**ESMIR DE OLIVEIRA
CONTADOR CRC 1 SP 109628/0-1-S-PA**

Protocolo: 944697



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, terça-feira, 30 de maio de 2023 às 22:53:53.